

RESENHA

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2013. (Original alemão: STREECK, Wolfgang. *Gekaufte Zeit: die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*. Berlin: Suhrkamp Verlag Berlin, 2013).

Daniel de Mello Sanfelici¹

O capitalismo em rota de colisão com a democracia

Historicamente, períodos marcados por transformações sociais de grande envergadura são também momentos fecundos de elaboração teórica. Nutrindo-se das indagações que a sociedade se coloca em um contexto de profunda incerteza, certos pensadores conseguem não apenas interpretar os eventos segundo um arcabouço teórico consagrado, mas também fazer uso das novidades trazidas pelas mudanças em curso para refinar as bases teóricas de explicação dos fenômenos. Esse parece ser o caso de Wolfgang Streeck no livro *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, traduzido do original alemão pela editora portuguesa Actual. Streeck é um sociólogo alemão que, diferentemente de muitos de seus pares, transita com desenvoltura pelos campos da Sociologia e da Economia, resgatando tanto a tradição da Economia Política de Marx quanto as teorias da crise de legitimação de Offe e Habermas - herdeiras da primeira geração da Escola de Frankfurt -, para reler a trajetória do capitalismo avançado nos últimos quarenta anos.

De uma maneira concisa, pode-se dizer que no centro das preocupações de Wolfgang Streeck está a necessidade de trazer de volta a economia para analisar as sociedades democráticas do capitalismo avançado. Ao reler as teorias marxistas da crise do “capitalismo tardio” prevalentes nas décadas de 1960 e 1970, que tinham como expoentes autores como Claus Offe, Jurgen Habermas e Andre Gorz,

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Contato: danielsanfelici@gmail.com.

Streeck, constata a inclinação dos autores a supor que o capitalismo haveria se emancipado de suas determinações econômicas, o que se tornara possível com o alargamento do alcance do planejamento estatal e seus efeitos de amortecimento das crises de acumulação (ecos dessa concepção encontram-se, diga-se de passagem, também nos escritos de Henri Lefebvre, da mesma época). Por isso a crise, caso acontecesse, seria para estas teorias de natureza eminentemente política a perda de legitimidade do Estado diante de (seus) cidadãos que, apesar dos avanços materiais, se ressentiam da falta de autonomia e da impossibilidade de autorrealização no âmbito da sociedade capitalista.

Com o privilégio da observação de três décadas de transformações estruturais no capitalismo avançado, Streeck constata que a principal lacuna daquelas teorias residiu na incompreensão do capital como um sujeito da mudança social. Em outras palavras, a economia e sua gestão eram concebidas como problemas de natureza predominantemente técnica, de tal forma que a legitimação se colocava como um relação somente entre o Estado e seus cidadãos. Streeck entende que o Estado precisa se legitimar não apenas perante os assalariados (a maior parte da população), mas também (e principalmente) diante dos proprietários de capital. Estes detêm um poder diferenciado na sociedade capitalista, na medida em que a desconfiança e incerteza quanto ao cenário econômico os impele a frear os investimentos (ou, nos termos de Keynes, *exercer a preferência pela liquidez*) - com consequências diretas sobre as demais parcelas da população devido à diminuição da criação de empregos e à desaceleração do crescimento da renda.

Atento a esta relação entre o Estado, os proprietários de capital e os assalariados, o autor interpreta a crise dos anos 1970 como o primeiro episódio de uma sequência de crises político-econômicas expressivas da dissolução do compromisso político que sustentara o crescimento do capitalismo no pós-guerra. O ponto inicial dessa crise se deu com a perda de legitimidade da ordem do pós-guerra perante os proprietários de capital, que se sentiam cerceados pelas regulações que estrangiam a acumulação de riqueza e acuados pelas exigências (crescentes) das organizações trabalhistas. É neste momento que os proprietários iniciam uma longa batalha pelo desmantelamento daquela ordem social, o que culmina, como se sabe hoje, no avanço das reformas políticas regressivas condensadas sob a denominação de neoliberalismo. A indagação que o autor se coloca diante desse desfecho é essencial para entender sua tese norteadora: em um contexto de retrocessos distributivos acarretados pelas políticas neoliberais, como o Estado manteve sua legitimidade diante dos “detentores do trabalho”?

Para Streeck o Estado o fez utilizando dos instrumentos fiscais e monetários de que dispunha para prorrogar os efeitos mais deletérios das reformas sobre a parcela desfavorecida da população. Em outras palavras, para não perder legitimidade diante da maior parte da população o Estado “comprou tempo”, protelando o desfecho inevitável de um recuo no padrão de vida dos assalariados.

Três fases marcaram o adiamento da crise. A primeira veio na sequência das crescentes dificuldades econômicas que encerraram o longo boom do pós-guerra. A desaceleração do crescimento da produtividade no final da década de 1960 ocorre em um contexto de pleno emprego e forte organização sindical nos países avançados, conjuntura que favorece o conflito distributivo. Evitando enfrentar o custo político de um ajuste estrutural, os governos decidem conciliar provisoriamente os interesses conflituosos, recorrendo a uma política monetária expansionista. Mas a desaceleração do investimento e o aumento das pressões inflacionárias na segunda metade da década de 1970 puseram fim a esse artifício conciliatório, resultando no episódio de subida rápida dos juros pelo Federal Reserve em 1979.

A forte recessão internacional desencadeada por tal mudança de curso da política econômica elevou rapidamente as taxas de desemprego por toda a parte. A solução dos Estados para pacificar os conflitos foi recorrer desta vez ao endividamento público, cobrindo assim as prestações sociais (como seguro-desemprego) devidas aos mais atingidos pela crise. Foi a segunda fase do seu adiamento.

A elevação da dívida pública, agravada pelo custo mais elevado do serviço das dívidas em decorrência do aumento dos juros, generalizou-se entre os países ricos nos anos 1980. Foi então necessário, nos anos 1990, frear a tendência ao crescimento da dívida pública. Porém, uma política de consolidação fiscal iria de encontro à possibilidade de continuar conciliando os interesses antagônicos dos proprietários de capital e dos assalariados. Por isso os cortes de gastos públicos e privatizações necessárias à consolidação fiscal foram acompanhados de fortes estímulos ao endividamento familiar, uma sorte de compensação aos grupos sociais mais atingidos pelas reformas. Esta terceira fase do adiamento ruiu com o excesso de endividamento das famílias, desencadeando a crise no final da década de 2000.

A conjunção de excesso de endividamento privado e o crescimento da dívida pública – ocasionado pelos aportes fiscais concedidos às instituições financeiras para evitar um colapso do sistema financeiro internacional depois de 2007 – sinalizam, para Streeck, a impossibilidade de continuar adiando o fim do pacto social do pós-guerra. Mais importante, este esgotamento das possibilidades de conciliação por meio de ilusões de prosperidade traz o risco de um divórcio cada vez mais grave entre capitalismo e democracia.

Os sinais desse divórcio vieram pela primeira vez à luz com a transição do que Streeck chamou de *Estado fiscal* – aquele que sustentara, via arrecadação e gasto público, o ciclo de crescimento do pós-guerra – para o *Estado endividado*, produto das reformas neoliberais dos anos 1980. A liberalização financeira dos anos 1980, que facilitou aos Estados empréstimos para cobrirem parte dos seus gastos, teve como efeito colateral a colocação dos governos cada vez mais à mercê das vicissitudes e humores dos mercados financeiros. Fortemente integrados em nível

internacional, esses mercados exercem um efetivo poder de veto sobre políticas que coloquem em risco a capacidade dos governos de remunerar integralmente os papéis da dívida pública. Nenhuma região do mundo ilumina mais claramente as consequências políticas dessas mudanças do que a União Europeia. No continente europeu a transferência progressiva de atribuições da escala nacional para a escala da federação de Estados europeus acarretou um distanciamento das decisões econômicas face à pressão democrática. Este deslocamento institucional submeteu o orçamento nacional dos países vinculados à UE às resoluções tomadas em cúpulas políticas para todos os efeitos imunes à democracia – resoluções estas que, via de regra, prescrevem a “austeridade fiscal” como meio de salvaguardar a credibilidade dos governos diante dos mercados financeiros. Por isso, Streeck vê um processo simultâneo de *despolitização da economia e desdemocratização da política*.

Streeck não nega que suas reflexões priorizam os países capitalistas avançados e, em particular, a União Europeia, sobre cujas contradições o autor discorre em um longo capítulo final. Ademais, e quicá inadvertidamente, o autor parece limitar o conceito de “capitalismo democrático” aos países avançados, ignorando, para todos os efeitos, que hoje existem democracias de massa (com todas as suas imperfeições, é claro) também na periferia do capitalismo. A ausência dos países em desenvolvimento na narrativa de Streeck é tanto mais questionável quanto se sabe que muitos dos percalços enfrentados pelos países desenvolvidos têm origem na capacidade competitiva cada vez mais alentada de alguns países periféricos – sobretudo do leste asiático. Ainda assim, o que parece dar força ao livro é que, a despeito de focalizar na evolução dos países desenvolvidos, oferece conclusões que ultrapassam em muito a conjuntura desses países, permitindo iluminar as contradições do capitalismo enquanto ordem social global. Com efeito, à medida que se aprofundam as contradições sociais, políticas e ambientais do projeto neoliberal, cresce também a tentação dos governos comprometidos com ele de blindar as decisões políticas do exercício da vontade democrática. A ideia de um “governo de peritos”, sobretudo no âmbito da gestão econômica, esteve sempre presente na utopia neoliberal de primazia irrestrita da justiça de mercado. Conter esta tendência à suspensão da democracia exigirá, sem dúvida, questionar as reformas institucionais que se apresentam sempre como inelutáveis em nome da boa governança.